

O presente estudo insere-se no projeto "Reprodução e Recriação Social na Universidade e as Ingerências do Estado: o caso da UFRGS", que tem por objetivo identificar as interferências do Estado na Escola de Engenharia, na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito, gênese da atual UFRGS desde a fundação até 1946. Para esta finalidade estão sendo utilizadas fontes primárias (atas, estatutos, Diários Oficiais, Constituições) e fontes secundárias (artigos de jornais e livros). No caso específico da Medicina, a partir da consulta às fontes mencionadas, efetivou-se a elaboração de quadros com documentos de âmbito federal que nortearam: (1) ensino superior; (2) o ensino médico; (3) a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e UFRGS e, (4) a institucionalização das Faculdades de Medicina, visando obter um panorama global da evolução institucional do ensino médico. Após, foi efetuada a trajetória da Faculdade até 1915, pincando os fatos mais eloquentes, com o intento de clarificar o caráter da ingerência. No transcorrer da pesquisa as relações Estado-Faculdade consubstanciaram-se em 3 culturas institucionais, a saber: submissão, reatividade e antecipação, onde cada uma destas categorias denota um comportamento diferenciado da Faculdade perante às ingerências do Estado. Registre-se que a fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre apresenta peculiaridades em relação à fundação das 2 instituições congêneres antecessoras (as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro), devido às características de formação da sociedade rio-grandense, imbuída em princípios de orientação positivista. Os resultados obtidos até o momento apontam para a complacência em relação às interferências do Estado, com vistas à obtenção de diplomas. (FAPERGS - PROPESP)